

Ivo Carneiro de Sousa*

Portugal e o Sudeste Asiático: problemas, tendências e novas orientações historiográficas

A noção de *Sudeste Asiático* expressa-se hoje em termos políticos numa associação regional de estados-nações que, reconhecida como ASEAN, criada originalmente em 1967, se estende de Myanmar às Filipinas, reunindo a estes países a Indonésia, Malásia, Tailândia, Singapura, Brunei, Vietname, Camboja e Laos. Apesar dos diferentes debates acerca do alargamento desta associação, cruzando a complicada discussão em torno da possível entrada da nova República Democrática de Timor-Leste¹ às muito desejadas adesões que se querem futuras da China e do Japão, a ASEAN congrega geograficamente uma constelação de países «continentais» em que, exceptuando a Malásia, predomina uma tradição religiosa e cultural de fundas influências hindus e budistas, contrastando com a forte adesão islâmica espalhada pelos milhares de ilhas do arquipélago indonésio, substituída nas Filipinas por um popular catolicismo que se descobre também em Timor Leste e nalgumas outras ilhas da Indonésia Oriental. Nestes espaços, do Timor *Barat* às Molucas, conseguem ainda encontrar-se activas igrejas protestantes recordando o colonialismo holandês que se estabeleceu comercial e politicamente nesta região do Sudeste Asiático, mas parece difícil destacar espaços coerentes a partir da prática destas religiões «oficiais» organizadas que se misturam tantas vezes com vetustos hábitos religiosos e culturais consuetudinários², vazando-se em estratégias de etnicidade tanto como na sobrevivência de uma generosa constelação de línguas e dialectos locais.

Em rigor, a identidade do espaço actualmente designado por Sudeste Asiático não parece descobrir-se, das relações políticas internacionais à cartografia, no período anterior à II Guerra Mundial, quando dominava uma perspectiva em que as diferentes potências coloniais ocidentais integravam os diversos espaços territoriais regionais e locais nessa

* Professor do Departamento de História. Investigador-coordenador do *Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático* (CEPESA). Presidente da Comissão Coordenadora do *Curso Integrado de Estudos Pós-Graduados em Estudos Asiáticos*. ivosousa@letras.up.pt

¹ O debate acerca da adesão da RDTL à ASEAN tem-se mostrado politicamente controverso e variado. Um primeiro momento de debate interno entre os países ASEAN encontrou Myanmar a opor-se à entrada da RDTL, ao mesmo tempo que, nestes últimos meses, se multiplicam as intervenções de responsáveis políticos timorenses que se interrogam acerca das vantagens de adesão à ASEAN, tantas vezes seduzidos por acenos sublinhando a sua inserção num mundo da *Oceânia* e do *Pacífico* em que pontificam dominadoras a economia e política australianas.

² MULDER, 2000.

colecção de impérios europeus, debuxados a diferentes cores nos mapas que o conflito mundial viria a alterar definitivamente com a ocupação japonesa desta parte do mundo asiático. Fazer a guerra obrigou a refazer mapas e coube à *National Geographic Society* produzir o primeiro mapa designado com autonomia por *Sudeste Asiático* oferecido precisamente ao *Southeast Asia Command* dos Aliados: apesar da dimensão tão controversa como fluida, esta invenção cartográfica do Sudeste Asiático impôs-se para congregar uma reunião de territórios nacionais que evoluíram rapidamente para a formação dos novos estados independentes estruturando a sua geografia política actual.³

A «coerência» histórica e cultural deste apartado que procura apresentar-se, assim, como definitivamente *geográfico* a partir de uma invenção e associação políticas recentes convoca nas últimas décadas uma extensa lista de títulos de história, antropologia e outras ciências sociais, desafiando mesmo os modelos braudelianos que, organizados a partir do exemplo de uma «civilização» plurissecular do Mediterrâneo, tratam de coligar tempo e espaço, unidade geográfica e formação histórica⁴. A influência das culturas históricas indianas, as relações comerciais especializadas com o Sul da China ou a especificidade da construção de estados hindu-budistas, antes, e islamizados, depois, constituem factores geralmente privilegiados pelas investigações actuais insistindo em encontrar no passado histórico as estruturas políticas e culturais que, muitas vezes resistindo às violentas ofensivas oitocentistas dos colonialismos europeus, prefiguram o Sudeste Asiático com a sua repartição contemporânea de unidades políticas.⁵ Apesar das diversidades étnicas, culturais e linguísticas, cada vez mais difíceis de preservar face a uma globalização com forte expressão económica na região, existem também vários estudos que tentam esclarecer a estruturação *relativamente* homogénea de sociedades, formas de relações sociais, sistemas de parentesco e comportamentos culturais⁶. Homogeneidades de complicada comprovação histórica, menos ainda quando se investiga com alguma atenção o testemunho dos primeiros europeus que, entre aventuras, tratos mercantis e esforços missionários, percorreram a região erguendo uma representação cultural responsável por parte significativa da perspectiva eurocêntrica com que continuamos a frequentar esta parte asiática do mundo fixada cartograficamente desde a segunda metade de Quinhentos como *Índias Orientais*⁷. Uma noção espalhada por muitos textos e mapas ocidentais divulgando junto de observadores, curiosos, intelectuais e investidores coloniais um mundo cultural heterogéneo, mas em que se exibia singularmente um prolongamento comercial de um *Índico* fragmentado por ilhas mil e culturas muitas pouco reconhecidas, descritas e visitadas antes de bem entrado o século XIX. Até às primeiras aventuras de naturalistas e candidatos a antropólogos, de Wallace⁸

³ EMMERSON, 1984: 5-14 ; WINICHAKUL, 1998: 14.

⁴ LOMBARD, 1990 ; WONG, 2001: 5-41.

⁵ SARDESAI, 1997.

⁶ STEINBERG, 1987.

⁷ SUÁREZ, 1999 : 164-168.

⁸ WALLACE, 2000.

a Forbes⁹, passando pela curiosidade memorialista de governadores coloniais como o nosso Afonso de Castro,¹⁰ a circulação de embarcações, soldados e mercadores europeus limitava-se a seguir as comunicações litorais plurisseculares dos principais portos e escalas da circulação comercial regional de especiarias, produções e mão-de-obra.

Uma das vantagens essenciais com que, entre outras contribuições, a moderna historiografia portuguesa pode colaborar na renovação e ampliação de objectos, temas e problemáticas para a reconstrução do passado histórico dos espaços culturais do Sudeste Asiático consiste precisamente no estudo aprofundado e interdisciplinar das generosas colecções documentais e memoriais que a prioridade da presença portuguesa na região foi multiplicando. Às dezenas de grandes e pequenos títulos cronísticos podiam somar-se muitas memórias e relatórios manuscritos, uma riquíssima colecção de comunicações epistolares religiosas e seculares acompanhada por uma produção documental oficial espalhando-se pelos diferentes enclaves e itinerários comerciais da presença portuguesa no Sudeste Asiático. Iniciada oficialmente pela força das armas que, sob a dura liderança de Afonso de Albuquerque, viria a conquistar o rico porto de Malaca, em 1511, a presença de Portugal nesta região especializou uma dominação muito limitada repartindo-se por três tipologias de dominação diferentes: fortalezas, feitorias e cidades pautavam espaços de representação pluriforme da longínqua soberania portuguesa entre constantes negociações e alianças complicadas com os poderes locais e os potentados vizinhos. Apesar desta presença política oficial não ter conseguido resistir às ofensivas da poderosa Companhia Holandesa das Índias Orientais (a célebre V.O.C., fundada em 1602), tomando Malaca em 1641, foi permanecendo tanto através da fervilhante actividade desse «império-sombra» de aventureiros, mercadores e «mestiços» portugueses, como também através de mecanismos culturais que, do catolicismo na Indonésia oriental à utilização do português como língua franca de comércio regional¹¹, ainda hoje perpetuam uma estranha memória de uma espécie de “colonialismo fantasma” que, nem excessivamente incomodativo nem especialmente dominador, organiza a ideia de Portugal que se descobre em alguns espaços e comunidades do Sudeste Asiático. Pese embora muitos dos membros das comunidades que ainda agitam presentemente uma identidade “portuguesa” – de Tugu, nos arredores de Jakarta, a Bidao, perto de Díli, passando pelos *kristang* de Malaca ou pelos católicos de Larantuka, nas Flores – não saberem rigorosamente situar Portugal na geografia mundial ou até europeia, continuam a celebrar da festa à procissão uma herança muitas vezes combinando a missionação católica com a proeminência social local desses luso-asiáticos que saíram de famílias de *casados*, conversões de escravos e utilização sistemática de uma mão-de-obra local que assegurava a presença oficial dos escassíssimos portugueses europeus que, do século XVI ao século XX, se movimentaram no Sudeste Asiático. Mesmo entre as elites culturais das populações

⁹ FORBES, 1885.

¹⁰ CASTRO, 1867; SCHOUTEN, 2001: 201-212.

¹¹ FRANÇA, 2003: p. 45-46.

actualmente mais hostis à influência de uma herança colonial europeia, nomeadamente na Indonésia e na Malásia, subsiste uma estranhíssima nostalgia de uma presença portuguesa que funcionou enquanto modelo como uma espécie de «sarampo»: deixou um conjunto de pequenos lugares da memória que, remetendo para uma quase benigna «doença» na infância da história política destes espaços territoriais «nacionais», não afectou profundamente o seu corpo de valores «adulto» e a suas formas de organização social tradicionais, constituindo, por isso, um modelo de contactos culturais memorizado com indulgência e simpatia pueril. Uma perspectiva que se estende mesmo à generosa frequência com que historiadores e outros cientistas sociais do Sudeste Asiático continuam a convocar algumas fontes (traduzidas...) portuguesas dos séculos XVI e XVII para reconstruírem parte da sua memória agora «nacional», colmatando, assim, a escassez de documentação histórica escrita produzida por sociedades de memórias sobretudo orais. Uma consideração que pode fazer com que nos mais recônditos lugares do Sudeste Asiático a noção de Portugal não seja apenas associada a essa popular exclamação «Figo!», mas que alguém adiante com paradoxal entusiasmo «Vasco da Gama!».¹²

1. CRÓNICAS E HISTORIOGRAFIAS PORTUGUESAS: EXPLORAÇÕES, CULTURAS E REPRESENTAÇÕES

Um primeiro espaço de renovação da historiografia portuguesa que se dirige para o estudo do Sudeste Asiático pode encontrar-se num esforço recente para estudar a cronística secular e religiosa que, especialmente entre os séculos XVI e XVII, foi fixando as pequenas e grandes histórias dos feitos políticos, militares e religiosos portugueses nesta região da Ásia. Frequentada geralmente para reconstruir uma história excessivamente ligada aos lugares da memória que foram construindo o nacionalismo português nos séculos XIX e XX, parece possível investigar esta rica colecção de títulos historiográficos para estudar a representação europeia dos espaços culturais e sociais do Sudeste Asiático, analisando ainda as ideias políticas que, entre impérios e ideários de missão, perspectivaram a comunicação difícil e limitada entre Portugal e os diferentes espaços históricos locais. Um título recente, da autoria qualificada de José Manuel Garcia, pode servir como exemplo concreto desta renovação que, neste caso, resolveu tratar a historiografia do século XVI que descreveu e representou a pouco estudada movimentação portuguesa no arquipélago das Filipinas,¹³ criticamente revisitada a partir de um *corpus* historiográfico combinando os principais títulos da cronística oficial com textos memoriais mais esquecidos. Os trabalhos de Fernão Lopes de Castanheda (c. 1500-1559)¹⁴,

¹² Uma identificação de Portugal e do «português» que o Embaixador António Pinto da França, antigo *Encarregado de Negócios* em Jacarta, entre 1965 e 1970, recorda acerca do seu regresso à Indonésia, trinta anos depois, em 2001, para o lançamento da versão em *babasa indonesia* de FRANÇA, 2000.

¹³ GARCIA, 2003.

¹⁴ CASTANHEDA, 1979.

João de Barros (c. 1496-1570)¹⁵, Gaspar Correia (c. 1492-c. 1563?)¹⁶, António Galvão (?-1557)¹⁷ e Diogo do Couto (1542-1616)¹⁸ formam uma colecção consagrada de crónicas que representou a presença portuguesa nas Filipinas, acompanhada pelas memórias de outros autores centrando as suas relações na área das Molucas, entre as quais sobressaem as informações escritas por Gabriel Rebelo¹⁹.

Esta reunião de textos crónísticos permite destacar que as Filipinas entram na historiografia portuguesa quinhentista a partir do debate em torno da viagem em redor do orbe de Fernão de Magalhães (1519-1522), alargando-se depois o interesse em identificar a situação política e comercial do arquipélago enquanto periferia das estruturas de trocas portuguesas no Sudeste Asiático, especializando ainda um tema historiográfico recenseando um primeiro caso de concorrência europeia na região, opondo os interesses portugueses e espanhóis pelo controlo da circulação marítima das especiarias da Indonésia oriental. Após a conclusão do conhecido Tratado de Zaragoza, em 1529, reconhecendo o direito de Portugal às Molucas contra uma enorme indemnização de 40 000 ducados anuais demoradamente suportada pelo erário régio de D. João III,²⁰ um sistema de concorrências e complementaridades viria a organizar a circulação ibérica nos espaços filipinos que, depois da conquista espanhola de Manila, em 1571, passaria a orbitar em torno tanto da intermediação mercantil entre Manila e Macau como à volta das disputas políticas e religiosas pelo acesso ao grande império do meio.

A produção crónística portuguesa quinhentista representa o arquipélago filipino na primeira metade do século XVI enquanto espaço de resgates alimentares e de escravos concorrendo para suprir a crónica escassez de mão-de-obra nos enclaves coloniais portugueses e na circulação marítima, organizando uma zona periférica de ligação das Molucas ao porto de Malaca através de escalas no norte do Bornéu, tentando limitar a capacidade de concorrência espanhola que começava a percorrer com dificuldades as rotas do Pacífico entre a América do Sul e o Sudeste Asiático. Neste andamento primeiro de identificação do arquipélago e da sua participação nas comunicações mercantis periféricas portuguesas na região descobre-se um modelo inicial de explorações nas campanhas de Francisco de Castro que, em 1538, consegue assegurar as primeiras alianças políticas com poderes locais e apoiar esforços originais de evangelização religiosa em Mindanau e ilhas adjacentes. Comunicações marítimas e identificações territoriais que modificaram regularidades e interesses estratégicos quando, a partir de 1565, recrudescer de forma incontornável a exploração espanhola do arquipélago conseguindo estruturar as suas comunicações pela via do Pacífico com a América do Sul colonial. A ofensiva militar portuguesa para impedir a fixação espanhola fracassa sob a direcção de Gonçalo

¹⁵ BARROS, 1988-2001.

¹⁶ CORREIA, 1975.

¹⁷ GALVÃO, 1987; GALVÃO, 1971.

¹⁸ COUTO, 1974-1975.

¹⁹ SÁ, 1955: 192-343; SÁ, 1988, 163-294.

²⁰ DIAZ-TRECHUELO, 1973: 229-240; SANTA MARIA, 1973: 211-227.

Pereira Marramaque, entre 1566 e 1568, restando a partir daqui algumas polémicas que, entre evocações jurídicas e direitos religiosos, convocavam o Tratado de Saragoça para reivindicar a prioridade portuguesa na região, reivindicação definitivamente abandonada no plano do direito com a assinatura do Tratado de Madrid, em 1750, «dando» as Filipinas à coroa espanhola em troca do reconhecimento mais importante das fronteiras do Brasil.

Para além do interesse narrativo desta aventura da exploração portuguesa do arquipélago das Filipinas, a historiografia portuguesa quinhentista construiu uma visão de populações e culturas locais que interessa visitar desde esse texto pioneiro que é a *Suma Oriental* de Tomé Pires, ouvindo à volta de 1515 em Malaca ou observando em navegações na região que no arquipélago filipino habitavam «os luções são além de Burney obra de dez dias de navegação. São quase todos gentios; não têm rei, somente regem-se polos mais velhos em cabilas; é gente robusta de pouca valia. Em Malaca não têm juncos. Até dous, três trazem as mercadorias a Burney e dali vêm a Malaca»²¹. Identificadas como ilhas de São Lázaro por Fernão de Magalhães, visitadas durante as viagens marítimas de Simão de Abreu, em 1523, e D. Jorge de Meneses, em 1526, é com as explorações de Simão de Vera que, morto em Mindanau, em 1528,²² se começam a descobrir informações sobre a alteridade das sociedades locais. Nesta altura, o arquipélago volta a receber viagens espanholas – dirigidas por Garcia Jofre Loaisa (1526) e por Álvaro de Saavedra (1528) – obrigando a presença comercial e política portuguesa na região, sobretudo a partir das Molucas, a investir nas explorações mais demoradas de João da Canha Pinto a Mindanau e ilhas adjacentes, em 1535, identificando mesmo uma área tradicional de recrutamento de mercenários com algum impacto na conflitualidade regional. Os textos cronísticos permitem reconstruir o estabelecimento neste período de uma estrutura de trocas, cambiando os portugueses produtos manufacturados por alimentos locais, das produções rizícolas às viandas e frutas. Este sistema de trocas começa a compreender as primeiras alianças políticas com os reinos locais, utilizando os sistemas de dádiva tradicionais que, como os juramentos de sangue, haviam sido especializados pelas sociedades filipinas tradicionais.

As crónicas portuguesas da expansão destacam também as movimentações de Francisco de Castro, ampliando desde 1538 o conhecimento da geografia da região, intensificando as relações políticas e comerciais com o apoio da dinâmica governação do capitão das Molucas António Galvão, recordando nas suas crónicas que a actividade portuguesa nas Filipinas concretizava também finalidades religiosas: «E assim se fizeram (cristãos) muitos outros por toda terra e contra o norte, bem duzentas léguas desta fortaleza (de Ternate), seis reis e rainhas, príncipes, infantes e outros grandes senhores»²³. Apesar de pouco informadas e pior estudadas, estas actividades evangélicas discriminam um mo-

²¹ CORTESÃO, 1978: 376-7.

²² CASTANHEDA, 1979: 496.

²³ GALVÃO, 1971: 298.

delo de conversões dos poderes locais seguido pela cristianização portuguesa noutras áreas da Indonésia oriental, nomeadamente entre as Flores e Timor. Devemos também a estas memórias que António Galvão compilou para o seu Tratado dos Descobrimentos várias informações coloridas e exageradas que concorrem para representar etnocentricamente o arquipélago filipino, oferecendo essa visão do outro sempre adequada ao divertimento cultivado da curiosidade elitária portuguesa quinhentista:

Os portugueses e castelhanos, que por estas ilhas andaram, contavam que havia nelas porcos, que além dos dentes que tinham na boca, lhe saíam outros dous pelos focinhos e outros tantos por detrás das orelhas, e tinham de comprido palmo e meio; e havia uma árvore que o meio dela que estava contra o oriente, era mui medicinal, e contra toda peçonha, o outro meio da árvore, que estava contra o ponente, é mui peçonhenta, e o fruto daquela banda o qual é todo como tramoço, e se faz dele mais forte peçonha que há na redondeza: e assim se dizia que havia outra árvore, que quem comia seu fruto estava doze horas fora de si, e fazia cousas de homem sem siso; quando tornava não dava nenhum acordo disso; e havia uns cangrejos da terra, que quem os comia também estava certas horas da mesma maneira. Assim diziam os da terra que havia aí uma pedra que quem se assentava nela criava potra. Os homens destas ilhas douram os dentes e atravessam sua natura com uma barra de ouro ou prata, e nas pontas rebatem umas rosas, com que ensanguentam uma mulher toda.²⁴

Em 1543 alarga-se a concorrência luso-espanhola nas Filipinas, cruzando-se as explorações de Ruy Lopes de Villalobos com as campanhas portuguesas de António de Almeida e Belchior Fernandes a Mindanau fixadas nos trabalhos cronísticos de Gaspar Correia, Gabriel Rebelo e Diogo do Couto²⁵. A defesa da presença política e comercial portuguesa nas Molucas e o reconhecimento do interesse periférico das Filipinas obrigam os portugueses a estender as suas explorações à ilha de Luzon, concretizada em 1545 sob a direcção de Pêro Fidalgo, prelúdio para o violento confronto militar com os ocupantes espanhóis da ilha de Cebu, entre 1566 e 1568, organizados em torno de Miguel López Lagazpi. Enviado em 1566 pelo vice-rei D. Antão de Noronha de Goa para Malaca e para as Molucas à frente de uma poderosa armada portuguesa, Gonçalo Pereira Marramaque²⁶ não conseguiria, entre conversações e ataques, desalojar os espanhóis fortificados em Cebu. O regime de união dinástica, entre 1580 e 1640, viria, porém, a modificar as condições políticas da comunicação ibérica no Sudeste Asiático obrigando mesmo Filipe II a proibir, sem grande sucesso, a deslocação de espanhóis das Filipinas a Macau e à China, sublinhando os prejuízos que esta competição gerava nas debilitadas finanças do *Estado da Índia* e no sistema de monopólio religioso do chamado

²⁴ GALVÃO, 1987: 155.

²⁵ GARCIA, 2003: 31-40.

²⁶ CRUZ, 1989: 315-340.

Padroado Português do Oriente. De qualquer modo, à medida que se caminha para o século XVII, começa a descobrir-se um movimento de longa duração de contracção irreversível da presença colonial portuguesa oficial no Sudeste Asiático fazendo com que o arquipélago filipino deixasse de integrar a limitada periferia da política colonial lusa na Ásia e, apesar das suas estreitas ligações comerciais com Macau, a cronística barroca do império marítimo português deixou de visitar as Filipinas nas suas páginas, cada vez mais mobilizadas por histórias de martírios e muito menos pelas «descobertas» de heróis oceânicos e conquistadores «gloriosos».

Importa destacar que a produção cronística da expansão portuguesa na Ásia organizada durante o século XVI e as primeiras décadas do século XVII visita um conjunto arquipelágico que, apesar de dedicado pelo título unitário de Filipinas, se mostra de identificação frágil a partir do predomínio das identidades comerciais regionais que estruturavam a centralidade dos caminhos dos tratos das especiarias e os seus espaços periféricos de escala e abastecimento, do alimentar ao resgate escravagista. Enquanto periferia também do discurso historiográfico, as Filipinas identificam-se pelo seu afastamento dos grandes circuitos comerciais regionais, mas também pela frequência de Mindanau por embarcações mercantis chinesas, uma atenção concorrendo para explicar essa invenção da cartografia portuguesa que, do *Livro de Marinbaria*, em 1560, aos mapas de aparato dos *Atlas* de Fernão Vaz Dourado, como o de 1571, organizou a colecção de ilhas entre Palawan e Taiwan como uma espécie de avenida contínua ajudando a chegar ao rico sul do império chinês²⁷. Estas invenções cartográficas tanto como as estratégias de intensificação e ocultação do discurso historiográfico são responsáveis pela distribuição de relações periféricas que contribuíram para exagerar a representação dos espaços sociais do Sudeste Asiático enquanto reunião de vários legados culturais e comerciais. Trata-se de uma morfologia de identificação e selecção históricas que, na longa duração, se afiguram, no mínimo, estranhas, já que muitos desses «centros» mercantis quinhentistas elevados pelo discurso historiográfico oficial português, como Ternate ou Tidore, por exemplo, são hoje regiões pobres e mais do que ultra-periféricas da República da Indonésia, enquanto o grande centro portuário regional que era Malaca não resistiu às novas centralidades organizadas entre Penang e, sobretudo, Singapura, mas persiste agora também oficialmente em inventar uma presença cultural portuguesa que praticamente desapareceu entre os antigos *kristang* para sobrar em folclore, turismo e propaganda política.

2. MEMÓRIAS COLONIAIS: EXOTISMO, EUROCENTRISMO E EXÍLIOS

Uma segunda área de investigação que deve passar a constituir sistematicamente uma outra contribuição importante da historiografia portuguesa para o estudo do passado das culturas e sociedades do Sudeste Asiático pode encontrar-se nesse variado conjunto

²⁷ GARCIA, 2003: 74-75; GARCIA & SOUSA, 2003.

de memórias coloniais que se multiplica em textos manuscritos e impressos ao longo dos séculos XIX e XX: narrativas e contos de viagens, recordações e apontamentos em periódicos, epistolografias, diários de navegação associam-se a uma literatura científica frequentemente oficial que começa a desenvolver projectos mais organizados de descrição e compreensão das sociedades locais, nomeadamente em comunicação com as necessidades das administrações coloniais. A publicação recente de um diário manuscrito oitocentista da jovem autoria feminina de Maria Isabel Tamagnini permite recordar uma viagem e estadia em Timor, entre 1882 e 1883, sublinhando o interesse desta documentação raríssima e muito pouco estudada, contrastando com a abundância do ensaísmo actual que, também entre solidariedades e militâncias frequentemente apressadas, faz quase esquecer a muito escassa produção literária e científica sobre Timor Leste durante o período colonial português²⁸. Redigido por Maria Isabel d'Oliveira Pinto da França Tamagnini, quando contava apenas 20 e 21 anos, este *Diário* de uma viagem de Lisboa a Timor guarda as suas impressões pessoais no interior dessa aventura difícil do seu padrao, novo governador de Timor, Major Bento da França²⁹, e das catorze pessoas que o acompanharam numa missão colonial frustrada que não duraria mais de um ano.

No três cadernos manuscritos actualmente preservados visita-se um primeiro conjunto disperso mas demorado de anotações sobre a colónia britânica de Singapura, redigidas entre 26 de Março e 6 de Junho de 1882, descobrindo deslumbradamente a fervilhante cidade fundada em 1819 por Thomas Stamford Raffles. Depois, o *Diário* reabre-se em 9 e 10 de Abril para registar a viagem marítima até à capital das Índias Orientais Nearlandesas, Batávia, hoje Jacarta, uma outra cidade colonial descrita com evidente fascínio em textos sequenciais fixados de 11 a 14 de Abril. Apontamentos escritos nos dois dias seguintes de Abril contam a navegação pelo mar de Java em direcção ao porto Surabaya, pormenorizado em textos fixados em 18 e 19 de Abril. Notas tomadas entre 20 e 24 de Abril descrevem a viagem pelo mar das Celebes e a chegada a Macassar, cidade recordada em textos redigidos entre 25 e 27 de Abril. A última fase da navegação ao longo do corredor de ilhas das Sundas Menores oferece, com data de 29 de Abril, a memória de uma rápida paragem em Bima, na ilha de Sumbawa, e, a 30 de Abril, algumas anotações sobre a católica cidade de Larantuka, na ilha das Flores. Faltam, a seguir, duas ou três páginas no manuscrito actualmente preservado dedicadas à chegada a Timor. A demorada e difícil estada de pouco mais de um ano não parece ter mobilizado a prosa diária de Maria Isabel Tamagnini, muito menos a sua reflexão crítica. Encontramos somente registos distanciados na cronologia e na intensidade: as primeiras notas escrevem-se irregularmente com datas de 6, 11, 14, 18, 22 e 28 de Maio; outros apontamentos

²⁸ A melhor bibliografia geral de Timor Leste é, apesar da «desactualização», o pormenorizado trabalho de SHERLOCH, 1980.

²⁹ Em 1882, quando é nomeado oficialmente governador de Timor, o Major Bento da França reunia já uma actividade colonial militar impressiva em que se incluíam missões em Moçambique, Cabo Verde, Angola e Índia, para além de trabalho político no Ministério do Exército com ligações aos territórios ultramarinos.

tomam-se em 2, 4, 9 e 18 de Junho; o *Diário* salta, em seguida, cada vez com menos interesse, para 2 de Julho e 1 e 3 de Setembro; depois, após três dramáticos meses de intervalo, assistindo ao falecimento de dois dos seus irmãos mais novos, a escrita é retomada apenas em registo singular realizado em Díli, já a 6 de Janeiro de 1883, preparando uma colecção de apontamentos progressivamente mais interessado pela viagem de regresso à Europa que, aberta em redacção de 21 de Junho, resolve reconstruir um itinerário diário sequencial em que, brevíssimos apontamentos seguidos de 3 a 13 de Junho, depois de 15 a 20 e em 25 de Junho, recordam a navegação por Banda, Menado e o retorno em 30 do mesmo mês a Singapura. Por fim, fixa-se ainda, em notas de 1, 25, 29 de Junho e a 5 e 10 de Agosto um extraordinário percurso marítimo por Colombo, Aden e Itália. Não existe um encerramento formal do *Diário*, mas apenas apontamentos finais da chegada a Lisboa e do acolhimento familiar.

Procurando organizar estes apontamentos manuscritos, sublinhe-se que o texto apenas se comporta rigorosamente como um *Diário* quanto aos apontamentos escritos sobre Singapura, Barávia e nas rápidas memórias dedicadas à viagem de regresso à Europa, entre Junho e Agosto de 1883. Todas as outras notas do *Diário*, mais ou menos longas, apresentam um registo descontínuo, oferecendo diferentes expressões culturais e sentimentais da ordem da escrita privilegiada por Maria Isabel Tamagnini, vertendo textualmente uma dialéctica de dificuldades e preferências que justificam a escassa mobilização narrativa suscitada por esse difícil ano de vida em Díli. Apesar desta escrita muitas vezes esparsa e solta, o *Diário* apresenta uma ordem geral de escrita que se vai sublinhando em muitas das suas páginas manuscritas:

Estive em dúvida se havia de pôr isto aqui receando que por um acaso pudesse alguém ler estas linhas e dizer lá de si para si, olha como ella é tola! Mas como tenho quási a certeza que isto não há-de acontecer e como só faço este jornal para mais tarde me divertir a lê-lo às minhas primas e íntimas amigas, a quem prometti contar tudo, tudo o que se passasse durante a minha viagem, resolvi-me a contar aqui este notabilíssimo acontecimento³⁰.

Esta sincera confissão não deixa de funcionar como uma espécie de aproximação a um prólogo que procura justificar tanto a ordem da escrita como a ordem do seu consumo especializado: texto assumido como «jornal», no sentido memorial de jornada, de viagem, a sua direcção remete para um restrito auditório familiar e de amizade («minhas primas e íntimas amigas») que se procura provocar através da alteridade da viagem e do exotismo dos seus acontecimentos: um texto de «divertimento» como esclarece com inteligência o Embaixador António Pinto da França na cuidada introdução a este manuscrito da sua tia-avô: o «divertimento» tanto como exercício de escrita quanto como registo factual

³⁰ TAMAGNINI, 2003: 48; SOUSA, 2003: 132.

percorre, de facto, este Diário que privilegia mais uma escrita de impressões e excitações do que quaisquer programas de descrição literária, cronística ou ensaísmo cultural e social.

As ilusões de uma perseguida atracção orientalista sonhada ainda antes do começo desta viagem familiar colonial dissolvem-se quando se deixa para trás as cidades de Singapura, Jacarta ou Surabaya. Começa a impor-se durante a viagem pelo corredor de ilhas das Sundas Menores o afastamento inevitável dos grandes centros urbanos coloniais e a entrada num território que se «sabia», com anterioridade, perdido para a civilização: Timor Leste é uma terra de exílio, uma espécie de expiação para quem quisesse percorrer a árdua caminhada das hierarquias do poder colonial com projecção nessa outra hierarquia que verdadeiramente contava, a do oficialato e dos corredores governamentais de Lisboa. Não foi feliz a aventura familiar e política do major Bento da França que pensava poder encontrar na sua difícil missão de governador de Timor as oportunidades suficientes para tentar melhorar a situação económica da extensa família a seu cargo. O novo governador colonial de Timor abandonaria rapidamente as suas funções, amargurado com a perda brutal de dois filhos vitimados pela terrível malária endémica de Timor, cansado pela hostilidade da administração portuguesa de Macau e minado pelas muitas intrigas que circulavam no pequeníssimo meio colonial de Díli. Restaria a carreira ultramarina do seu enteado, irmão de Maria Isabel Tamagnini, que prosseguiria acção importante no governo colonial de Macau, registando mesmo em livro informado a sua aventura macaense e timorense³¹.

Desde as primeiras linhas que sobreviveram até aos nossos dias, regista-se no *Diário* uma atenção pormenorizada, quase sempre elegante, por uma paisagem social e cultural que, casando o humano e o urbano, poderemos definir, à falta de melhor conceito, por *cidade*. Trata-se de organizar impressões de viagem não apenas em função dos espaços sociais e culturais que se visitam originalmente, mas também de convocar uma vivência social cidadina e elitária que, tendo como paradigma a aristocracia lisboeta e a própria Lisboa («Estou tão longe de todos, mas o meu pensamento está sempre no caminho de Lisboa»³²), funciona como representação matricial da ordem e das coisas da viagem. A descrição da *cidade* frequenta uma atenção especial, crítica e deslumbrada, pelo elemento humano, aqui perscrutando o local, ali individualizando os poucos portugueses ou observando mais além a presença europeia, como acontece com a forte presença inglesa em Singapura ou a operosa actividade holandesa na Indonésia. O elemento europeu, integrador duplamente de observação e sociabilidade, cruza-se com o recenseamento de grupos asiáticos e com eles expande as cores da *cidade*. Por isso, a medida da *cidade*, do território, é muitas vezes sublinhado a partir desta pluralidade antropológica multicolor, como ocorre em Singapura – cidade em que «é divertido estar ali um bocado pela variedade de gente que se encontra» – ou em Batávia, cidade desenhada através da

³¹ FRANÇA, 1897.

acumulação de elementos cénicos, remetendo para a economia do tempo e do espaço que nos habituámos a associar aos velhíssimos álbuns de fotografias e postais dos finais do século XIX.

A *cidade* avalia-se, em seguida, pelos seus espaços de sociabilidade elitária, principalmente os seus «salões» e hotéis. As condições de acesso e fruição desses *salões* organizados à imagem dos seus congéneres europeus são raras, não tanto pela falta de qualidade desses espaços, tantas vezes de uma elevada elegância e decoração, mas mais pela insuficiência da frequência social. O *Diário* anota várias desilusões com a mediocridade da festa e, sobretudo, dos seus frequentadores: «À noite houve dança, estavam lá uns figurões muito gebos e bastante ordinários. Não tinha vontade, já porque tivesse muito calor e também porque não estou bastante alegre para andar em danças, mas não tive outro remédio senão fazel' o, assim era preciso»³³. Em contraste, sempre que o *salão* era agradável e se aproximava dos padrões de elegância e sociabilidade da *cidade* europeia, o contentamento era outro: «Dancei com quasi todos; o meu primeiro par foi o official russo. Fala muito bem francez e pareceu-me educado, valsou muito bem a dois tempos»³⁴. A validação da *cidade* concretiza-se ainda através da qualidade dos seus hotéis, seja, em Singapura, esse «Hotel Europa onde estamos bem alojados; é um hotel imenso e está cheio de ingleses»³⁵ ou o famoso *Hotel des Indes*, em Batávia, praticamente o último grande espaço do tipo de sociabilidade prezado por Maria Isabel Tanagnini nesse itinerário para o *exílio* timorense.

Na verdade, esta ordem da descrição que destaca a *cidade* e o seu «ethos» social e cultural vai-se perdendo, mesmo enquanto registo escrito, à medida que a viagem se aproxima de Timor. Macassar na grande ilha de Sulawesi que a cartografia colonial baptizava de Celebes começa a pautar o ritmo de uma transição em que a *cidade* vai paulatinamente desaparecendo para dar lugar ao território que se perspectiva como «indígena», as casas de pedra perdendo em favor do predomínio daquilo que o texto designa, muito «africanamente», por «cubata», desaparecendo até a silhueta moralmente tranquilizadora da igreja. Trata-se do caminho cada vez mais «primitivo» que desagua em Timor: uma terra para degredados e de muito pouco «civilizados» indígenas, assim se entendia a parte oriental da ilha de Timor na década de 1880 nos meios cultos portugueses epocais. Por isso, ainda em Singapura, fascinada pela qualidade da *cidade*, Maria Isabel Tamagnini deseja que venha rapidamente o tempo de chegar a Timor porque «quanto mais depressa lá chegarmos mais depressa se começa a contar o tempo do nosso exílio»³⁶. E de terra de exílio, com efeito, se tratava para uma numerosa família nobiliária lisboeta obrigada a procurar no serviço colonial as vantagens económicas e de reconhecimento político que eram difíceis de conseguir numa Lisboa em que cresciam

³² SOUSA, 2003: 134.

³³ TAMAGNINI, 2003: 7.

³⁴ TAMAGNINI, 2003: 9.

³⁵ TAMAGNINI, 2003: 1.

³⁶ TAMAGNINI, 2003: 6.

os sinais de declínio irreversível da monarquia constitucional, começando a impor-se a atracção pelos partidos republicanos, mais jovens, urbanos e burgueses.

As diferentes anotações feitas em Timor pela jovem autora do *Diário* revelam uma vivência quase exclusivamente centrada em Díli, marcada por uma consideração geralmente negativa da terra e das gentes que apenas algumas realizações próprias da vivência da *cidade* permitiam matizar («Uma tarde d'estas sahi, demos uma volta pela cidade que parece não me sahir tão feia como eu esperava; é verdade que eu fazia a ideia mais triste possível»³⁷). A «cidade» de Díli, apesar de não ser «tão» feia quanto se esperava, funciona como uma espécie de anti-cidade, contrariando os vários valores e exigências espaciais e sociais com que Maria Isabel Tamagnini exornava as vantagens da vida social em *cidade*. O passeio a pé era extremamente raro e praticamente inviável de carruagem («As estradas também estão péssimas, é quasi impossível andar por ellas de carruagem, está tudo muito abandonado»³⁸); o passeio de barco limitou-se a uma pequena incursão «banhar» na baía de Díli («Hontem fomos, Bento, Magdalena, Fontes e eu dar um passeio embarcados. Gostei bastante, a tarde estava linda, era ao sol posto, o céu estava matizado com bellas cores que faziam um effeito lindo, lindo. Fomos às duas entradas da barra, ali já se sentia os effeitos do mar, demos dois ou trez saltinhos menos maus»³⁹); os grandes edifícios públicos não existiam, sendo escassas as casas em pedra; medíocre, quase detestável, era o ambiente humano em que se somavam a meia dúzia de responsáveis administrativos portugueses muitos soldados degredados metropolitanos e das colónias africanas, frequentemente expiando com penas leves de trabalho militar e administrativo crimes especialmente hediondos.

As relações e actividades sociais de tipo «europeu» eram, por isso, extremamente limitadas. Alguns jantares com os responsáveis da administração colonial, entre conveniência e convívio, mais as idas regulares à igreja, sempre interessantes e divertidas nas grandes festas litúrgicas, especialmente as que, enchendo o templo também de alguns timorenses, excitavam a parenética que causava o maior espanto e temor entre os habitantes locais. Não existiam sequer pessoas suficientes para organizar diferentes meios ou grupos sociais, fazendo mesmo os funcionários civis e os sacerdotes parte do mesmo mundo muito limitado e recorrente da ordem colonial portuguesa em Timor Leste. Em contrapartida, quando era possível aproveitar a chegada do vapor holandês e as várias competências do seu comandante para reunir um convívio social alargado, recordando a sociabilidade elitária ocidental, voltavam a visitar-se as qualidades próprias da vida de «salão», estendendo-se do canto à amabilidade do presente, espreitando a galanteria própria da «civilização». Uma sociabilidade que se dissolvia totalmente sempre que se tornava necessário, mais por obrigação do que por benevolência, receber as elites timorenses de funcionários e «mestiços» que asseguravam parte importante da soberania portuguesa:

³⁷ TAMAGNINI, 2003: 50.

³⁸ TAMAGNINI, 2003: 48.

³⁹ TAMAGNINI, 2003: 59.

Tivemos umas visitas interessantes: o Juiz, Sua Mulher e Irmã, trez macacos. Vinham esplêndidos! A Madame trazia um vestido de seda preto feito em Macau, naturalmente, vestido de casamento cheio de arrebiques, muito comprido, de sorte que a pobre timora não se sabia mexer. Estava vendida, coitada. Luvas brancas (de meia, como usam as nossas criadas), muitíssimas carnes e um chapéu – mas que chapéu! –, uma barretina de veludo preta com enfeites também de veludo, mas azul celeste, e muitas flores brancas. Mademoiselle, vestida de cor de rosa, que amor! O vestido era de cassa com galões de fita de lã rouxa. Carregada de ouro, na cabeça um lindo chapéu de palha branco enfeitado com fitas azuis e feixes de flores brancas, feitiço d'um prato chato. Estúpidos como uma porta, pelo menos na aparência e digo assim, pois só lhes ouvi “sim”, “não”. Realmente tivemos uma conversa muito interessante... Estes timores são impossíveis.⁴⁰

Investigando com alguma atenção a constelação de temas e apontamentos fixada neste *Diário* juvenil percebemos tratar-se de um texto que se organiza entre a crónica histórica, que não é, e a história, quase o álbum familiar que procura perpetuar. Apesar desta instabilidade, assinalada pelas descontinuidades cronológicas da sua escrita, descobrem-se reflexões que informam apontamentos com interesse para uma crónica histórica, como os que recordam espaços e problemas da história da presença portuguesa no Sudeste Asiático, de Singapura a Malaca («estava bastante gente, quási todos malaquianos (de malaca) todos se dizem portugueses e concorrem com o que podem para os melhoramentos da nossa Igreja»⁴¹), de Java às Flores, ou os temas e acontecimentos que esclarecem as condições de exercício mais do que penoso da soberania portuguesa na metade oriental da ilha de Timor. Algumas notas do *Diário* procuram até reflectir panoramicamente esta presença enquanto parte, menor e limitada, da ordem do colonialismo europeu: «Antes d'hontem fui ver um forte; não é coisa nenhuma extraordinária, é bem pequeno, mas está tudo na ordem, como tudo o que pertence aos ingleses. São os primeiros para estas coizas (collónias); onde eles poem o pé deixam signal»⁴². São muitas as pistas que interessa estudar nesta obra, como aquelas que recordam a própria aventura europeia da «descoberta» científica do Sudeste Asiático, como o fazia esse investigador importante, Henry Forbes, naturalista célebre,⁴³ companheiro de viagem e, depois, de correspondências de Maria Isabel Tamagnini:

Apesar do convívio com Henry Forbes e a sua esposa sublinhar mais a cordialidade da sociabilidade e menos a sua obra científica, sempre presente («Tive um presente de Mr. Forbes, um pássaro lindo da Nova Guine, chama-se Pássaro do Paraíso. Está muito bem embalsamado»⁴⁴), mas «etnograficamente» interrogada com a referência à sua «cobardia» em visitar as Flores («Em Fevereiro atacaram o convento onde vivem os

⁴⁰ TAMAGNINI, 2003: 59-60.

⁴¹ TAMAGNINI, 2003: 3.

⁴² SOUSA, 2003: 145.

⁴³ FORBES, 1885.

⁴⁴ TAMAGNINI, 2003: 43.

missionários e mataram 3 homens. O seu maior gosto é de cortar cabeças aos brancos; agora estão mais sossegados. Mr. Forbes tencionava visitar o interior da ilha, mas visto o exposto mudou de ideias»⁴⁵), o *Diário* testemunha momentos fundacionais da história natural e da etnografia da Indonésia oriental. Isso mesmo se regista no deslumbrado apontamento que Maria Isabel Tamagnini dedica ao encontro em viagem com um dos pioneiros da etnografia da Nova-Guiné, o cientista russo N. Maclay-Mikloucho⁴⁶, quase perdido explorador da grande ilha «primitiva», antes ainda da sua exploração alemã, a partir de 1884.

O interesse destas informações e apontamentos é importante, estendendo-se do testemunho cronológico à anotação factual, permitindo recuperar figuras, acontecimentos e personagens. Trata mesmo de as colocar no seu tempo, humanizando tanto a obra científica pioneira como os esforços dramáticos das administrações coloniais europeias nos espaços insulares mais longínquos do arquipélago malaio-indonésio. Nada disto obsta, porém, a que se deva reconhecer ser o *Diário* principalmente um texto que interessa à história da família e à história de uma família concreta invadida nos seus problemas, gostos, aspirações e actividades. Registo sobretudo familiar de uma família que, entre 1882 e 1883, se viu arrastada, entre esperança e exílio, a viver no Timor colonial português, este texto apenas se consegue desvendar acompanhado da introdução e das notas que o Embaixador António Pinto da França organizou para este *Diário* que agora preferiu (re)intitular *de uma Viagem a Timor*, mas sublinhando o interesse também historiográfico deste género de memórias para o estudo da presença colonial europeia no Sudeste Asiático, estendendo-se de um fascinado orientalismo à vivência dramática das realidades que, da doença à morte, marcavam a movimentação de funcionários e famílias portugueses nesta parte do mundo asiático.

3. HISTÓRIAS COMPARADAS E PROBLEMAS CONTEMPORÂNEOS

Uma terceira orientação recente da historiografia portuguesa sobre o Sudeste Asiático encontra-se no esforço para desenvolver investigações comparadas e especializar uma história de conexões entre o passado Portugal e o dos países do Sudeste Asiático. Exemplo deste esforço encontra-se na recente edição de um cuidado trabalho colectivo sobre *Indonésia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship*.⁴⁷ No conjunto de catorze estudos oferecido nesta obra destacam-se alguns apartados comparativos que importa perspectivar. A abrir, quatro estudos da autoria de Rui Manuel Loureiro⁴⁸, José Manuel Garcia⁴⁹, Uka Tjandrasasmita⁵⁰ e Habib Mustopo⁵¹ estudam demoradamente a impor-

⁴⁵ TAMAGNINI, 2003: 42.

⁴⁶ MIKLOUCHO-MACLAY, 1975.

⁴⁷ SOUSA & LEIRISSA, 2001: 1-259.

⁴⁸ LOUREIRO, 2001: 15-26.

⁴⁹ GARCIA, 2001: 27-41.

⁵⁰ TJANDRASASMITA, 2001: 43-64.

⁵¹ MUSTOPO, 2001: 65-71.

tância da historiografia portuguesa do século XVI para a reconstrução complementar da presença marítimo-comercial portuguesa no mundo indonésio e a sua descrição e representação de reinos, cidades, populações e produções económicas. Assim, entre 1511 e 1526, as mais importantes cidades portuárias indonésias tinham sido já visitadas e identificadas pelos portugueses, estabelecendo comunicações marítimas regulares entre Sumatra, Java, Maluku, Solor-Timor e Kalimantan, vazadas solidamente no interior da comercialização das especiarias da Indonésia Oriental.⁵² Estendendo-se até às primeiras décadas do século XVII, dissolvendo-se sob o impacto mercantil e militar da Companhia Holandesa das Índias Orientais, exceptuando os casos de Timor, das Flores orientais e da movimentação privada de aventureiros e comerciantes entre Kalimantan e Sulawesi, a presença portuguesa no arquipélago malaio-indonésia produziu, sobretudo para o período quinhentista, uma colecção importante de crónicas, memórias e textos oficiais. Recordem-se outra vez as crónicas gerais de Fernão Lopes de Castanheda, João de Barros, Gaspar Correia, António Galvão que se prolongam, até 1616, com a organização e publicação das décadas da *Ásia* de Diogo do Couto.⁵³ A seguir, sublinhe-se o interesse das informações tanto como as estratégias de aculturação que se abrigam à cronística religiosa portuguesa, apesar de uma multiplicação impressa já dominada pela cultura do barroco. Entre os muitos títulos disseminados pela Companhia de Jesus, importa frequentar esse trabalho manuscrito concluído em 1614 por Sebastião Gonçalves, intitulado *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus nos reinos e províncias da Índia Oriental*,⁵⁴ registo cronístico a complementar com a leitura dessa obra impressa em 1710, da autoria de Francisco de Sousa, *Oriente Conquistado pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*⁵⁵. No conjunto da produção cronística dominicana, comece por se visitar essa famosa *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*⁵⁶, volume da autoria de Frei João dos Santos, estampado em Évora, em 1609, trabalho que não dispensa a investigação desse monumento mais geral que é a referencial *História de São Domingos particular do reino e conquistas de Portugal*, começada por Frei Luís de Cácegas, revista por Frei Luís de Sousa e continuada por Frei Lucas de Santa Catarina, editando-se entre 1623 e 1733⁵⁷. Menos conhecida e pior estudada tem sido a rica actividade manuscrita dominicana com interesse para a história religiosa e cultural do Sudeste Asiático, conhecendo-se apenas as informações e memórias dos trabalhos organizados em 1629 por Luís de Andrade através da sua *Breve Relação das coisas da Índia Oriental sobre a conversão dos infiéis*,⁵⁸ ou em títulos mais gerais como o dessa *Sumária relação do que obraram os religiosos da ordem dos Pregadores*, compilação

⁵² LOUREIRO, 2001: 17.

⁵³ GARCIA, 2001: 29-32.

⁵⁴ GONÇALVES, 1957-1962.

⁵⁵ SOUSA, 1710.

⁵⁶ SANTOS, 1609.

⁵⁷ SOUSA, 1977.

⁵⁸ JACOBS, 1988: 152-157.

cronística reunida por Frei Jacinto de Encarnação em 1679.⁵⁹ Entre a cronística franciscana portuguesa, apesar do seu menor interesse pelo mundo malaio-indonésio, importa destacar a *Conquista Espiritual do Oriente*, de Frei Paulo da Trindade, escrita em torno de 1636,⁶⁰ esse *Vergel de plantas e flores da Província da madre de Deus dos Capuchos da Índia Oriental*, redigido por Frei Jacinto de Deus e publicado em Lisboa, em 1690, a que se pode ainda somar a sempre informada *História Seráfica cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*, monumento cronístico referencial de Frei Fernando da Soledade, editado também por prelos lisboetas entre 1705 e 1721.⁶¹ Apesar da activa presença dos Agostinhos no Sudeste Asiático, sobretudo nas Filipinas, a cronística portuguesa impressa e manuscrita das aventuras asiáticas desta Ordem apenas é actualmente reconhecida sobretudo graças ao trabalho concluído em 1606 por Frei Félix de Jesus, *Primeira parte da crónica e relação do princípio que teve a congregação da ordem de Santo Agostinho nas Índias Orientais*.⁶² Muitos outros textos memoriais e cronísticos acerca da presença colonial portuguesa no Sudeste Asiático se poderiam frequentar para investigar temas políticos, económicos, sociais, culturais e religiosos com interesse para o estudo de populações, territórios e sociedades locais. Não se esqueça, por exemplo, a generosa colecção de biografias que, de Afonso de Albuquerque a muitos outros vice-reis do *Estado da Índia*, passando por figuras religiosas como S. Francisco Xavier, recenseia notícias várias sobre o mundo asiático oriental. Como acontece também nessas obras entre viagem, invenção memorial e curiosidade historiográfica, da célebre *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto aos tratados de Frei Gaspar da Cruz ou às fantásticas informações de Manuel Godinho de Erédia⁶³. Notícias e representações que se podem ainda, mais dramaticamente, recuperar nessa ainda pouco investigada enquanto discurso historiográfico literatura de naufrágios, como ocorre para o caso muito contado da perda da nau S. Paulo em Sumatra, na década de 1560⁶⁴.

De qualquer modo, se quisermos encontrar um espaço regional do Sudeste Asiático nitidamente privilegiado pela cronística portuguesa quinhentista somos obrigados a deslocarmo-nos para as Molucas. Com efeito, acerca deste espaço insular prenhe de especiarias, principalmente de rico cravinho, conseguem arrolar-se vários títulos especializados: um *Tratado sobre as ilhas de Maluco*, atribuído a António Galvão, organizado à volta de 1544; as obras de Gabriel Rebelo fixando uma *História das ilhas de Maluco*, concluída talvez em 1561, e uma *Informação das cousas de Maluco*, de 1569; recorde-se também o trabalho de Estevão de Lemos *Extracto de algumas cousas que Gonçalo Pereira fez em Maluco, desde o ano de 68 por diante e do que depois sucedeu*, texto organizado por volta de 1580; visite-se ainda a anónima memória, provavelmente de 1600, apresentando

⁵⁹ REGO, 1953: 367-546.

⁶⁰ TRINDADE, 1962-1967.

⁶¹ SOLEDADE, 1705-1721.

⁶² HARTMANN, 1967: 5-174.

⁶³ GARCIA, 2001: 36.

⁶⁴ GARCIA, 2001: 38.

uma *Relação dos feitos eroicos que Sancho de Vasconcelos fez nas partes de Amboino e Maluco, sendo capitão em elas vinte anos, pouco mais ou menos*. Um conjunto que interessou também, em recensão anterior, para o estudo da movimentação portuguesa das Filipinas, destacando, assim, a centralidade estratégica da presença colonial e comercial nas Molucas no contexto geral do Sudeste Asiático.

Apesar deste rápido sumário apenas apresentar uma pequeníssima parte dos materiais documentais e monumentais que, entre edições impressas, produções manuscritas, oficiais e privadas, a historiografia portuguesa pode oferecer para o estudo de vários temários sobre as sociedades da Ásia do Sueste, a verdade é que mesmo este apartado reduzido é muito pouco conhecido pelos historiadores locais. Repare-se que, no volume que temos vindo a seguir, o estudo de Uja Tjandrasasmita sobre o impacto da presença portuguesa nas cidades portuárias comerciais indonésias nos inícios do século XVI frequenta quase exclusivamente a *Suma Oriental*, de Tomé Pires, precisamente porque a obra circula em edição inglesa.⁶⁵ Situação que se repete na investigação importante de M. Habib Mustopo sobre a representação cronística portuguesa das comunidades muçulmanas de Java ocidental, novamente tributária do manuscrito do famoso boticário e embaixador português. Mas verifica-se também neste trabalho colectivo acerca da história das relações entre a Indonésia e Portugal precisamente o movimento oposto, frequentando vários investigadores indonésios fontes pouco estudadas pela investigação portuguesa, como se verifica no estudo de Hasan Muarif Ambary, convocando tanto material arqueológico como peças museológicas mais conhecidas para discutir a presença portuguesa quinhentista portuguesa nos espaços litorais de Java. Uma originalidade que se prolonga no trabalho de Tryono Bramantyo acerca da herança etnomusicológica portuguesa na Indonésia Oriental ou na investigação da cronística malaia que mobiliza os estudos quer de Ibrahim Alfian quer de G. L. Koster. A síntese problemática entre informações, representações e fontes produzidas por culturas e sociedades diferentes não consegue ainda hoje mobilizar a atenção crítica de historiadores portugueses, como se verifica nos estudos de Teotónio R. de Souza⁶⁶ ou Ivo Carneiro de Sousa⁶⁷, mas pode encontrar-se, pelo menos, um itinerário de conexões entre materiais documentais portugueses, holandeses e indonésios no estudo esclarecedor que Adolfo Heuken intitulou *Portuguese Remains in Jakarta*, discutindo com competência as dimensões documentais e sociais de uma presença que permanece nos nossos dias inscrita nessa benigna memória tanto da passagem comercial como do estabelecimento de comunidades culturais «portuguesas» na Indonésia, investigando-se, por isso, com especial qualificação o papel que os *mardijker* – esses estranhos católicos de origem luso-asiática e escravos cristianizados convertidos ao protestantismo – tiveram na edificação da sociedade colonial de Batávia e no desenvolvimento dos projectos coloniais holandeses nos séculos XVII e XVIII.

⁶⁵ CORTESÃO, 1944.

⁶⁶ SOUZA, 2001: 157-173.

⁶⁷ SOUSA, 2001: 175-199.

As possibilidades de uma história conexas concretizam-se à medida que se caminha para a contemporaneidade quando presenças comerciais e cidades coloniais abrem as portas para os programas dominadores do colonialismo europeu no Sudeste Asiático, informando esse período que, quase consensualmente, parece coligar as diferentes perspectivas que discutem os problemas do processo de globalização em comunicação com a geografia histórica da economia-mundo: a época oitocentista marca mesmo para as ricas regiões asiáticas uma viragem incontornável para economias estruturadas pelo colonialismo europeu⁶⁸. Um estudo inteligente de Maria Johanna Schouten – *Apart and together: the Portuguese and the Dutch as neighbours in and around Timor in the nineteenth century*⁶⁹ – recorda as disputas coloniais entre a Grã-Bretanha, a Holanda e Portugal pela definição de fronteiras territoriais regionais e locais, investigando o processo para o caso de Timor, a partir de 1859. A definição das fronteiras timorenses mais do que um ajuste de contas entre potências coloniais de diferente peso político e económico, convocava também as movimentações populacionais e os poderes tradicionais locais, constituindo, assim, um tema de investigação interdisciplinar, visitando tanto a antropologia como a história. É também esta interdisciplinaridade que se mostra fundamental para qualquer programa de investigação de conexões que orienta os dois derradeiros estudos desta obra fundamental para o estudo dos cinco séculos de relações históricas entre Portugal e a Indonésia. Na pesquisa de Lurdes Silva-Carneiro de Sousa sobre as relações políticas e diplomáticas entre Portugal e a Indonésia para o período entre 1945 e 1965⁷⁰, encontramos um estudo em que se sublinham as cumplicidades de regimes e líderes políticos – Sukarno e Salazar – que tudo indicaria estarem epocalmente obrigados a viver mais do que nos seus próprios antípodas. Pelo contrário, manipulando com exageradas coincidências o passado e a história, enquanto também discurso político e instrumento ideológico do nacionalismo, Sukarno foi-se servindo de Salazar para encontrar pontes europeias para as suas reivindicações políticas sobre a Nova Guiné ocidental, o Irian Jaya, ao mesmo tempo que Salazar recebia o primeiro presidente da República da Indonésia com todas as honras (e mais algumas...), tratando, assim, de convocar a presença de um dos mais proeminentes líderes do movimento dos não-alinhados para contrariar as críticas crescentes que, na década de 1960, se dirigiam sem retorno contra o colonialismo português. Mais ainda, a investigação comparada das figuras e obras de Sukarno e Salazar permite sublinhar as conexões que se descobrem entre o luso-tropicalismo oficial e o plurinacionalismo unitário vazado no programa do *Pancasila* indonésio. Conexões que não deixavam igualmente de ter como fundo a longínqua colónia portuguesa de Timor. Por isso, a encerrar este livro, uma pesquisa original de Aswi Warman Adam trata de estudar *The Third Wave in Indonesian History and the Esat Timor Case*⁷¹, esclarecendo como é que os manuais oficiais de História na

⁶⁸ SOUSA, 2002: 137-159.

⁶⁹ SCHOUTEN, 2001: 201-212.

⁷⁰ SOUSA, 2001: 213-242.

⁷¹ ADAM, 2001: 233-242.

Indonésia foram tratando Timor Leste até se chegar ao presente em que as categorias e conceitos do passado deixaram de servir para perspectivar as relações entre a parte oriental de Timor e essa formidável construção nacional de mais de treze mil ilhas que é a Indonésia: a história é um problema de consensos?

4. CONCLUSÃO: PROGRAMAS, DESAFIOS E TEMAS DE INVESTIGAÇÃO

O principal desafio epistemológico para uma actualização profunda da historiografia portuguesa sobre o Sudeste Asiático assenta na necessidade de integrar o espaço na estratégia de investigação. Escrever sobre espaços que se desconhecem na sua especificidade antropológica, geográfica e social ou de que se ignoram as fontes, os monumentos e as produções culturais tem forçado continuamente a escassa produção historiográfica especializada a perspectivar a presença portuguesa no Sudeste Asiático como uma espécie de mais outra lição do itinerário ideológico que, a partir do passado, concorreu para erguer «gloriosamente» o nacionalismo português. Convocar espaços em que a presença colonial portuguesa foi limitada, gerando influências fragmentárias tanto como imaginações identitárias grupais, para reconstruir unilateralmente uma ideia singular de passado pátrio não ajuda, duplamente, a compreender a pluralidade da história portuguesa ou as particularidades dos espaços locais, regionais e nacionais em que se movimentaram missionários e mercadores, administradores, oficiais e soldados coloniais portugueses. A importância da investigação de temas ligados aos (i) contactos culturais, aos (ii) dinamismos privados e aos (iii) problemas de identidade social individual, grupal e local pode organizar três itinerários problemáticos fundamentais na renovação da historiografia portuguesa sobre o Sudeste asiático, partindo da riqueza documental guardada entre nós para investigar decididamente comparações e conexões entre sociedades, políticas, economias e culturas. Objectivos que impõem um diálogo interdisciplinar e comparativo entre historiadores portugueses e historiadores do Sudeste Asiático tanto como com outros profissionais colocados nos mais diferentes horizontes geográficos e escolares, tornando urgente disponibilizar, traduzir e divulgar as fontes que, do escrito ao oral, do arqueológico ao monumental, permitem potenciar colaborações, redes, problemas e renovações. Programas que implicam financiamentos, mobilidades e esforços que a investigação científica portuguesa está muito longe de poder actualmente reunir para conseguir alterar radicalmente os termos do inquérito histórico que se dirige a esta parte do mundo asiático, passando a interrogar os problemas que interessam ao mundo presente e, a partir deles, investigar o passado, contrariando definitivamente a tendência frequentada entre nós para insistir em visitar estes espaços em busca desses pequenos fragmentos mais ou menos curiosos de um passado imperial que Portugal deixou definitivamente de ser e que, em rigor, nunca foi na Ásia.

Fontes e Bibliografia:

1. Fontes:

- BARROS, João de, 1988-2001 – *Ásia de João de Barros*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 4 volumes. [1552, 1563, 1615].
- CASTANHEDA, Fernão Lopes de, 1979 – *História do descobrimento e conquista da Índia pelos portugueses* (edição de M. Lopes de Almeida), Porto, Lello & Irmão Editores, 2 volumes [1551 e 1561].
- CASTRO, Afonso de, 1867 – *As Possessões Portuguezas na Oceania*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- CORTESÃO, Armando, 1944 – *The Suma Oriental of Tomé Pires.—An Account of the East From the Red Sea to Japan written in Malacca and India in 1512-1515, and the Book of Francisco Rodrigues*, London, Hakluyt Society.
- CORTESÃO, Armando, 1978 – *A Suma Oriental de Tomé Pires e o livro de Francisco Rodrigues*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- CORREIA, Gaspar, 1975 – *Lendas da Índia*, (edição de M. Lopes de Almeida), Porto, Lello & Irmão Editores, 4 volumes.
- COUTO, Diogo do, 1974-1975 – *Dos feitos, que os portugueses fizeram na conquista, e descobrimento da terras, e mares do Oriente* [ed. de Nicolau Pagliarini, Lisboa, Régia Oficina Tipográfica, 1778-1788, 15 volumes], ed. *fac-similada*, Lisboa, Livraria Sam Carlos.
- FRANÇA, Bento, 1897 – *Macau e os seus habitantes: Relações com Timor*, Lisboa, Imprensa Nacional.
- FORBES, Henry O., 1885 – *A naturalist's wanderings in the Eastern Archipelago: A Narrative of Travel and Exploration from 1878 to 1883*, New Yorker, Harper & Brothers.
- GALVÃO, António, 1987 – *Tratado dos Descobrimentos*, (edição de Visconde de Lagoa), Porto, Livraria Civilização Editora [1563].
- GALVÃO, António, 1971 – *Treatise on the Molucas (c. 1544): Probably the preliminary version of António Galvão's lost História das Molucas* (edição de Hubert Jacobs), Roma, Jesuit Historical Institute.
- GONÇALVES, Sebastião, 1957-1962 – *Primeira Parte da História dos Religiosos da Companhia de Jesus nos Reinos e Províncias da Índia Oriental*, (ed. José Wicki), Coimbra, Atlântida.
- HARTMANN, A., 1967 – *The Augustinians in Golden Goa according to a manuscript by Félix de Jesus*, in «Analecta Augustiniana», XXX, p. 5-174.
- JACOBS, Hubert, 1988 – *The Jesuit Makassar Documents*, Roma, Jesuit Historical Institute, p. 152-157.
- MIKLOUCHO-MACLAY, N., 1975 – *New Guinea Diaries, 1871-1883*, Madang, Kristen Press.
- SÁ, Artur Basílio de, 1955 – *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1955, vol. 3, p. 192-343.
- SÁ, Artur Basílio de, *Documentação para a História das Missões do Padroado Português do Oriente: Insulíndia*, Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical, 1988, vol. 6, p. 163-294.
- SANTOS, Frei João dos, 1609 – *Etiópia Oriental e vária história de cousas notáveis do Oriente*,—Évora, Manoel de Lyra.
- SOLEDADE, Frei Fernando da, 1705-1721 — *História Seráfica cronológica da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*,—Lisboa, 1705-1721.
- SOUSA, Francisco de, 1710 – *Oriente Conquistado pelos Padres da Companhia de Jesus da Província de Goa*, Lisboa, Valentim da Costa Deslandes.
- SOUSA, Frei Luís de, 1977 – *História de S. Domingos*, (ed. M. Lopes de Almeida), Porto, Lello & Irmão Editores, 2 vols.
- TRINDADE, Frei Paulo da, 1962-1967 – *Conquista Espiritual do Oriente*,—(ed. F. Félix Lopes), 3 vols., Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- WALLACE, Alfred Russel, 2000 – *The Malay Archipelago*, Singapore, Periplus.

2. Bibliografia:

- ADAM, Asvi Warman, 2001 – *The third wave in Indonesian History and the East Timor case*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- ALFIAN, Ibrahim, 2001 – *The Portuguese in some Malay manuscripts: A preliminary note*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- AMBARI, Hasan Muarif, 2001 – *Some aspects of Archaeological evidences in connection with the Portuguese presence*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- BRAMANTYO, Tryono, 2001 – *Portuguese elements in Eastern Indonesia's folk tunes*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- CRUZ, M. Augusta Lima, 1989 – *A viagem de Gonçalo Pereira Marramaque do Minho às Molucas ou os itinerários da fidalguia portuguesa no Oriente*, in «*Studia*», Lisboa, nº 49, p. 315-340.
- DIAZ-TRECHUELO, Maria Lourdes, 1973 – *Filipinas y el tratado de Tordesillas*, in “El Tratado de Tordesillas e su proyeccion”, Valladolid, tomo I, p. 229-240.
- EMMERSON, Donald K., 1984 – *Southeast Asia. What's in a Name*, in “Journal of Southeast Asian Studies”, 15, p. 1-21.
- FRANÇA, António Pinto da, 2000 – *Pengaruh Portugis di Indonesia*, Jakarta, Pustaka Sinar Harapan.
- FRANÇA, António Pinto da, 2003 – *A Influência Portuguesa na Indonésia*, Lisboa, Prefácio.
- GARCIA, José Manuel, 2001 – *the portuguese Historians who wrote about Indonesia*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- GARCIA, José Manuel, 2003 – *As Filipinas na Historiografia Portuguesa do século XVI.—Philippines in Portuguese XVIth century historiography*, Lisboa, CEPESA.
- GARCIA, José Manuel & SOUSA, Ivo Carneiro de, 2003 – *The First Portuguese Maps and Sketches of Philippines and Southeast Asia*, Manila, CEPESA.
- HEUKEN, Adolf, 2001 – *Portuguese remains in Jakarta*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- KOSTER, G. L., 2001 – *Exoticism, Military Might and Marginality: Images of the Portuguese in 16th and 17th century Malay Works of Historiography*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- LOMBARD, Denys, 1990 – *Le carrefour javanais. Essai d'histoire globale*. Paris, EHESS, 3 vols.
- LOUREIRO, Rui Manuel, 2001 – *Sixteenth century Iberian accounts of Indonesia: A preliminary survey*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- MULDER, Niels, 2000 – *Inside Southeast Asia. Religion, Everyday Life, Cultural Change*,—Chiang Mai, Silkworm Books.
- MUSTOPO, Habib, 2001 – *Moslem communities in East java as mentioned in Portuguese Sources*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- SANTA MARIA, Carmelo Saenz de, 1973 – *Cortes y Alvarado en busca de la especiaria*, in “El Tratado de Tordesillas e su proyeccion”, Valladolid, tomo I, p. 211-227.
- SARDESAI, D. R., 1997 – *Southeast Asia. Past & Present*, Colorado, Westview Press.
- SCHOUTEN, Maria Johanna, 2001 – *Apart and together. The Portuguese and the Dutch as neighbours in and around Timor in the nineteenth century*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- SHERLOCH, Kevin, 1980 – *A Bibliography of Timor*,—Canberra, Australian National University.
- SOUSA, Ivo Carneiro de & LEIRISSA, R. Z., 2001 – *Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship*, Lisboa, CEPESA.
- SOUSA, Ivo Carneiro de, 2001 – *Mercantilism, reforms and the Portuguese colonial society in Southeast Asia in the 18th century*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.

- SOUSA, Ivo carneiro de, 2002 – *Colonialismo, Economia-Mundo e Globalização: trajetórias e debates historiográficos*, in «Globalização e Contextos Locais», Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 137-159.
- SOUSA, Ivo Carneiro de, 2003 – *Fascínio Oriental e Exílio Timorense: O 'Diário de uma Viagem a Timor (1882-1883)' de Maria Isabel Tmagnini*, Revista de Cultura, Macau, p. 130-147.
- SOUSA, Lurdes Silva-Carneiro de, 2001 – *The Indonesian – Portuguese relationship: Politics and Diplomacy (1945-65)*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- SOUZA, Teotónio R. de, 2001 – *Social structures and Political patterns of the Portuguese Colonialism in Asia: Goa, Macau and Timor (XVI-early XVII centuries)*, –in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- STEINBERG, David Joel (ed.), 1987 – *In search of Southeast Asia*, Honolulu, University of Hawaii Press.
- SUÁREZ, Thomas, 1999 – *Early Mapping of Southeast Asia*, Singapore, Periplus.
- TJANDRASAMITA, Uka, 2001 – *The Indonesian harbour cities and the coming of the Portuguese*, in «Indonesia-Portugal: Five Hundred Years of Historical Relationship», Lisboa, CEPESA.
- WINICHAKUL, Thongchai, 1998 – *Siam Mapped. A History of the Geo-Body of a Nation*, Chiang Mai, Silkworm Books.
- WONG, R. Bin, 2001 – *Entre monde et nation : les régions braudeliennes en Asie*, in «Annales. Histoire, Sciences Sociales», 56, p. 5-41.

